

CADERNO de Trabalho

FORTALEZA**2040**



POLÍTICAS PÚBLICAS



Prefeitura de
Fortaleza



Prefeitura de
Fortaleza

CADERNO DE TRABALHO NÚCLEO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CAROS/AS FORTALEZENSES:

Convidamos todos(as) a participar do projeto Fortaleza 2040, que objetiva planejar o futuro de nossa cidade no curto, médio e longo prazo, promover o desenvolvimento sustentável e preparar Fortaleza para os grandes desafios das próximas décadas.

Fortaleza hoje é uma cidade onde quase 3 milhões de pessoas moram, trabalham e vivem. Some-se a isso um grande e permanente fluxo de visitantes que aqui passam a trabalho ou a passeio.

É uma cidade que abriga a todos, mas não de maneira igual. Possui muitas potencialidades, mas também muitas precariedades.

A cidade cresceu rapidamente e com pouco planejamento. Ainda hoje, muitas áreas não dispõem de serviços e equipamentos públicos. Dessa forma, grande parte dos seus moradores sofre dificuldades em se deslocar dentro dela e todos enfrentam problemas relativos à insegurança decorrente do crescimento da criminalidade.

Construir um futuro melhor para Fortaleza implica conhecer a fundo a cidade e sua dinâmica, refletir sobre as suas potencialidades e precariedades, conhecer o seu passado, compreender o presente e planejar os rumos futuros.

Isto é o que o Plano Fortaleza 2040 almeja.

Este roteiro deverá auxiliar na sua participação neste projeto. Ele descreve como o projeto irá acontecer e como você poderá participar.

A participação dos que habitam a nossa cidade é fundamental. Por isso, contamos com você.

O PLANO FORTALEZA 2040

O Fortaleza 2040 é um plano de desenvolvimento urbanístico, social e econômico que orienta as ações públicas e privadas para a construção de uma cidade com alta qualidade de vida e ampla oportunidade de negócios. Considerando que se trata de uma estratégia de longo prazo, o Fortaleza 2040 não é um plano de um Governo Municipal e nem dos governos, é um plano da sociedade.

Pretende ser matriz de planejamento para Fortaleza, no contexto da Região Metropolitana, tendo, como diretrizes, indicar meios para concretizar o acesso democrático a oportunidades que a cidade venha a oferecer, apoiar o planejamento de infraestrutura urbana e orientar a integração das políticas de investimentos e financiamentos das esferas de governo federal, estadual e municipal.

O plano acontecerá seguindo três fases encadeadas:

1. A cidade que temos (Fortaleza Hoje) – uma descrição de consenso sobre como se encontra e como vem evoluindo a cidade de Fortaleza.
2. A cidade que queremos (Fortaleza que Queremos) – explicação da visão que a sociedade tem do futuro desejado para Fortaleza nos próximos 25 anos, com a definição de metas ao longo dos anos.
3. O que fazer para alcançar a cidade que queremos (o que precisa ser feito) – definição da estratégia, das prioridades e das ações dos governos e da sociedade para construir a Fortaleza que Queremos.

As fases contarão com a discussão em três tipos de núcleos de participação – territorial, setorial e das políticas públicas, subsidiados pela produção de estudos técnicos.

As discussões, durante as três fases, acontecerão em arenas diferenciadas:

- a) **Núcleos Territoriais:** O cidadão, enquanto morador ou como membro de uma organização local (associação de bairro, grupo religioso, artístico, esportivo, cultural, escola, universidade, outros) deverá participar na formação de um ou mais grupos no bairro onde mora e atua. Estes grupos funcionarão com autonomia plena para se organizar e funcionar, seguindo apenas as orientações metodológicas para cada fase de discussão.
- b) **Núcleos Setoriais:** Os grupos organizados, as federações de trabalhadores ou patronais, as instituições corporativas, os movimentos sociais abrangentes e outras organizações setoriais da cidade participarão em grupos temáticos, também seguindo as orientações metodológicas da coordenação do Plano.
- c) **Núcleos do Poder Público:** Os órgãos públicos municipais, estaduais e federais formarão grupos temáticos, tendo como desafio a articulação entre diferentes políticas para contribuir com a sua integração.

O Plano demandará do poder público municipal a busca pela articulação das ações e programas da União, do Estado e dos municípios da região Metropolitana, promovendo a integração das políticas públicas, de forma a torná-las complementares e, desta forma, mais eficientes, mais eficazes e, portanto, mais efetivas.

Um trabalho de planejamento de curto, médio e longo prazos, como o almejado pelo Fortaleza 2040, em função da quantidade de políticas setoriais envolvidas, da heterogeneidade do público-alvo, da diversidade de programas públicos executados entre níveis de governo (União, Estado e Municípios), necessariamente demandará esforços de integração e coordenação, a fim de minimizar o natural efeito descontínuo das políticas públicas no panorama da gestão descentralizada e de minorar também o seu grau de fragmentação.

NÚCLEOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para facilitar a construção do referido modelo de integração das políticas, as discussões com os agentes públicos serão realizadas em 12 núcleos temáticos representados pelas políticas que se inter-relacionam e se complementam, conforme o apresentado no quadro abaixo:

Grupos	Políticas
1	Habitação e Regularização Fundiária
	Terras Públicas
	Saneamento Ambiental
2	Meio Ambiente
	Recursos Hídricos
3	Mobilidade e Acessibilidade
4	Cultura e Patrimônio
5	Desenvolvimento Econômico
	Trabalho, Emprego e Renda
	Turismo
	Ciência, Tecnologia e Inovação
6	Defesa Civil
	Segurança Pública
7	Saúde
	Segurança Alimentar e Nutricional
	Drogas
8	Juventude
9	Assistência Social
	Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente
	Direitos do Idoso
	Direitos da Pessoa com Deficiência
	Direitos das Mulheres
	Direitos de LBTT
Igualdade Racial	
10	Educação
11	Esporte e Lazer
12	Ambiente Político Institucional
	Governança
	Integração Metropolitana

FASES DAS DISCUSSÕES

FASE 1 – A primeira fase do projeto consiste no diagnóstico e compreensão da realidade atual da cidade - Fortaleza Hoje. É importante incorporar ao processo de elaboração deste diagnóstico uma profunda análise do ambiente político institucional e do modelo de governança pública, identificando o tipo de poder público que temos e somos hoje: o que temos, o que não temos, no que se refere à quantidade e à qualidade das políticas públicas, a cultura organizacional destes poderes, as dificuldades e facilidades, as práticas de gestão adotadas, programas, a efetividade de suas políticas e modelos de gestão, suas potencialidades e problemas comuns ou localizados. No final desta fase, ter-se-á uma descrição construída de forma coletiva, informativa da atuação das três esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) nas três instâncias governamentais (União, Estado e Município), permitindo compreender a relação de tudo isso ao contexto de Fortaleza de hoje.

FASE 2 – A segunda fase do projeto consiste em pactuar a Fortaleza que Queremos (Visão de Futuro), onde se inclui, além da pactuação da Fortaleza que Queremos, metas a conquistar para a melhoria contínua da gestão pública. Nesta fase será construída a visão do poder público até 2040

FASE 3 – A terceira fase do projeto engloba a proposição de ações e práticas a serem incorporadas em cada instância de poder, para que o poder público, devidamente integrado, possa contribuir, de forma articulada com a sociedade, no processo de transformação da cidade atual na Fortaleza que Queremos, onde sem dúvida estará, dentre outros, o desafio de desenvolver um modelo integrativo de gestão governamental, que minimize o grau de complexidade e o efeito fragmentado das políticas públicas. Isso resultará em práticas que melhor integrem as políticas públicas e que estabeleçam modelos de governança mais efetivos, integrativos e participativos, além de outras modificações institucionais e legais que se façam necessárias.

METODOLOGIA DAS DISCUSSÕES

No primeiro momento da Fase 1, será realizada uma ampla reunião de apresentação do projeto Fortaleza 2040, na qual os objetivos, metodologia e proposta de participação serão expostos aos agentes públicos.

Em seguida, cada órgão público deverá realizar uma discussão interna a partir do conjunto de questões propostas neste Caderno de Atividades.

No caso de um órgão público ser responsável pela execução de mais de uma política pública, este órgão deverá indicar um representante para cada política setorial de que seja responsável, bem como promover as discussões internas e responder aos respectivos questionários.

O resultado das discussões/questionários deve ser devolvido em até 20 dias, em arquivo eletrônico devidamente identificado com o nome do respectivo órgão público, para o endereço planofortaleza2040@gmail.com.

Neste relatório sintético, o órgão público deverá enviar duas relações, sendo uma lista dos agentes públicos que participaram das discussões, para constar do relatório deste primeiro caderno de atividades; a outra dos representantes do órgão público que tomarão parte nas discussões posteriores do plano Fortaleza 2040.

Após a apuração das contribuições dos questionários, serão realizadas reuniões com os 12 (doze) grupos temáticos das políticas que, na primeira fase do projeto, buscarão discutir consensos sobre a atuação dos poderes públicos e das instâncias governamentais no âmbito das políticas públicas na Fortaleza que temos (Fortaleza Hoje).

Concluída a primeira fase do projeto com a elaboração do primeiro documento pela equipe técnica, os grupos temáticos repetirão os procedimentos na identificação da Fortaleza que Queremos (Fase 2), relativamente à atuação dos poderes e instâncias públicas nas políticas públicas, bem como na definição das estratégias, planos e ações (Fase 3)

QUESTIONÁRIOS

O questionário proposto auxiliará na construção do modelo de gestão integrativo das políticas públicas de modo a facilitar a execução do plano Fortaleza 2040. O questionário a ser respondido pelos agentes públicos é composto por cinco partes, com orientações e glossários para auxiliar a elaboração das respostas.

A primeira parte objetiva colher informações acerca da formulação e da implementação das políticas públicas. A segunda parte objetiva diagnosticar o nível de integração das políticas públicas. E a terceira parte objetiva colher informações sobre os impactos obtidos com as políticas públicas em Fortaleza. A quarta parte servirá para subsidiar um diagnóstico sobre fatores de convergência (impactam na integração ou fragmentação das políticas públicas) e análise de ambiência interna e externa na perspectiva de ampliar os resultados obtidos. Para concluir o questionário, é solicitada a identificação por ordem de prioridade dos principais problemas da cidade de Fortaleza que devem ser tratados no âmbito do Plano Fortaleza 2040.

Este questionário está disponível no site: www.fortaleza.ce.gov.br/fortaleza2040.

1ª PARTE: SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA

SAIBA MAIS



Marco regulatório: É um conjunto de normas, leis e diretrizes que regulam o funcionamento da política pública.

Diretrizes: principais linhas, instruções ou indicações a seguir na execução da política.

Coordenação

Órgão Gestor é a instituição pública responsável pela coordenação e pela execução das políticas. Por exemplo, relativamente à política cultural, no nível nacional é o Ministério da Cultura, no nível estadual as Secretaria Estadual de Cultura e no nível municipal a Secretaria Municipal de Cultura.

Instâncias de articulação, pactuação e deliberação:

- **Conselho de Política Pública** é uma instância colegiada permanente, de caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura político-administrativa do Poder Executivo, constituído por membros do Poder Público e da Sociedade Civil que tem como principal função acompanhar o funcionamento da política.
- **Conferência** é a reunião realizada periodicamente entre o Poder Público e a Sociedade Civil, convocada pelo Poder Executivo (da União, Estados, Municípios e Distrito Federal), encarregada de avaliar a política, analisar a conjuntura e propor diretrizes para o Plano. Quando o Poder Executivo não efetuar a convocação da Conferência, esta pode ser feita pelo Poder Legislativo.

Comissões Intergestores são instâncias de negociação e operacionalização da política compostas por gestores de diferentes níveis de governo. São de dois tipos: Comissão Intergestores Tripartite (CIT), organizada no plano nacional, tem a participação de representantes de gestores públicos dos três entes da Federação (União, Estados e Municípios); Comissões Intergestores Bipartite (CIBs), organizadas no plano estadual, têm a participação de representantes dos gestores públicos dos Estados e Municípios. As principais funções dessas comissões são: promover a articulação entre os entes da Federação, estabelecer, em cada programa, projeto ou ação comum, as atribuições, competências e responsabilidades de cada ente e pactuar a respeito de questões operacionais referentes à implantação dos programas.

Instrumentos de gestão estratégica

- **Plano** é um instrumento de gestão de médio e longo prazo, no qual o Poder Público assume a responsabilidade de implantar políticas que ultrapassem os limites de uma única gestão de governo. O Plano estabelece estratégias e metas, define prazos e recursos necessários à sua implementação. A partir das diretrizes definidas pela Conferência, que deve contar com ampla participação da sociedade, o Plano é elaborado pelo órgão gestor com a colaboração do

Conselho de Política, a quem cabe aprová-lo. Os planos nacional, estaduais e municipais devem ter correspondência entre si e ser encaminhados pelo Executivo para aprovação dos respectivos Poderes Legislativos (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores), a fim de que, transformados em leis, adquiram a estabilidade de políticas de Estado.

• **Sistema de Financiamento** é o conjunto dos instrumentos de financiamento público da política, tanto para as atividades desenvolvidas pelo Estado, como para apoio e incentivo aos programas, projetos e ações realizadas pela Sociedade. Podem ser de quatro tipos: Orçamento Público (reembolsável e não reembolsável), Fundo (reembolsável e não reembolsável); Incentivo Fiscal; e Investimento (reembolsável).

• **Sistema de Informações e Indicadores** é o conjunto de instrumentos de coleta, organização, análise e armazenamento de dados – cadastros, diagnósticos, mapeamentos, censos e amostras - a respeito da realidade sobre a qual se pretende atuar. O desejável é que os sistemas nacional, estaduais e municipais de informações e indicadores sejam conectados e constantemente atualizados. A atualização permite construir o que se chama de “série histórica” de indicadores, pela qual é possível avaliar as políticas ao longo do tempo, sua evolução ou eventual retrocesso. Dessa forma é possível corrigir rumos e incrementar ações bem-sucedidas.

• **Programa de Formação** é o conjunto de iniciativas de qualificação técnico-administrativa – cursos, seminários e oficinas – de agentes públicos e privados envolvidos com a gestão da política, a formulação e a execução de programas e projetos.

RESPONDA:

1. Nome do órgão/entidade pública:

2. Endereço da sede do órgão/entidade:

3. Caso a sede não seja em Fortaleza, indique o(s) endereço(s) de escritório do órgão/entidade em Fortaleza:

4. Instâncias de poder do órgão/entidade respondente:

() Executivo () Legislativo () Judiciário

5. Esfera de governo do órgão/entidade respondente:

() União () Estado () Município () Organismo Internacional

6. Denominação da política pública na qual o órgão/entidade respondente se insere:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Habitação e Regularização Fundiária | <input type="checkbox"/> Terras Públicas |
| <input type="checkbox"/> Saneamento Ambiental | <input type="checkbox"/> Meio Ambiente |
| <input type="checkbox"/> Recursos Hídricos | <input type="checkbox"/> Mobilidade e Acessibilidade |
| <input type="checkbox"/> Cultura e Patrimônio | <input type="checkbox"/> Desenvolvimento Econômico |
| <input type="checkbox"/> Trabalho, Emprego e Renda | <input type="checkbox"/> Turismo |
| <input type="checkbox"/> Ciência, Tecnologia e Inovação | <input type="checkbox"/> Defesa Civil |
| <input type="checkbox"/> Segurança Pública | <input type="checkbox"/> Saúde |
| <input type="checkbox"/> Segurança Alimentar e Nutricional | <input type="checkbox"/> Drogas |
| <input type="checkbox"/> Juventude | <input type="checkbox"/> Assistência Social |
| <input type="checkbox"/> Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente | <input type="checkbox"/> Direitos da Pessoa com Deficiência |
| <input type="checkbox"/> Direitos do Idoso | <input type="checkbox"/> Direitos de LGTBTT |
| <input type="checkbox"/> Direitos das Mulheres | <input type="checkbox"/> Educação |
| <input type="checkbox"/> Igualdade Racial | <input type="checkbox"/> Ambiente Político-Institucional |
| <input type="checkbox"/> Esporte e Lazer | <input type="checkbox"/> Integração Metropolitana |
| <input type="checkbox"/> Governança | Outra: _____ |

7. Órgão responsável pela política pública em que a entidade respondente se insere:

- O próprio órgão/entidade respondente
- Outro(s): _____

8. Diretrizes da política pública (descrever conforme normatizado):

9. Instrumentos de articulação, pactuação e deliberação

9.1. Conselho(s) da(s) política(s) e da esfera de atuação do órgão/entidade:

- Existe Não existe Existe mas não se reúne regularmente

Se existe(m) – Nome(s) do(s) Conselho(s):

9.2. Fóruns da(s) política(s) e da esfera de atuação do órgão/entidade:

- Existe Não existe Existe mas não ocorre regularmente ou com periodicidade adequada

Se existe(m) – Nome(s) do(s) Fórum(ns):

9.3. Conferência da(s) política(s) e da esfera de atuação do órgão/entidade:

- Existe Existe mas não ocorre regularmente Não existe

Se existe(m) – Nome(s) da(s) Conferências(s): _____

9.4. Comissões intergestoras da(s) política(s) na esfera de atuação do órgão/entidade:

Existe Existe mas não se reúne regularmente Não existe

Se existe(m) – Nome(s) da(s) Comissão(s): _____

10. Que instrumentos de gestão estratégica existem e são utilizados para facilitar a implementação da política pública tratada pelo órgão/entidade respondente?

10.1. Plano

Existe Existe mas está desatualizado Existe mas não é cumprido Não existe

Se existe, qual o nome: _____

Se existir, anexar o Plano vigente em formato PDF ao relatório.

10.2. Fundo

Existe Existe mas está desativado ou não regulamentado Não existe

Se existe, qual o nome: _____

10.3. Sistema de informações

Existe Existe mas está desatualizado ou inativo Não existe

Se existe, qual o nome: _____

10.4. Sistema de monitoramento e avaliação (indicadores)

Existe Existe mas não funciona a contento Não existe

Se existe, com que frequência é realizada a avaliação? _____

É dado publicidade à avaliação de desempenho ou análise de efetividade da(s) política(s) tratadas?

Sim Não

Caso exista alguma espécie de relatório de acompanhamento e/ou análise de desempenho ou efetividade, anexar em formato PDF ao relatório.

10.5. Programa de formação

Existe Existe mas está desatualizado ou inativo Não existe

Se existe, qual o nome: _____

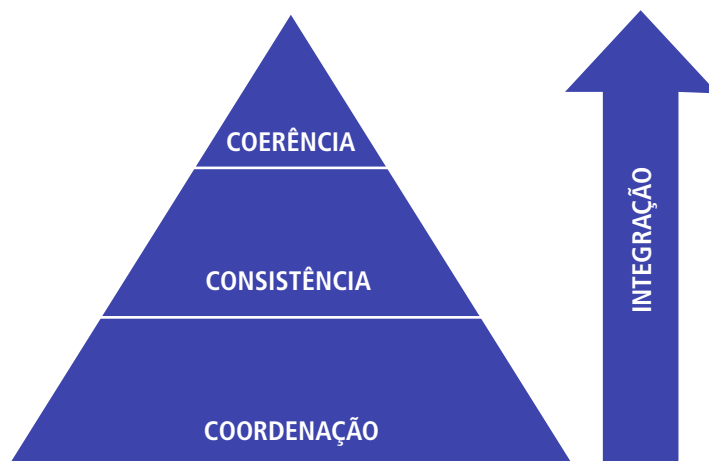
2ª PARTE: SOBRE O NÍVEL DE INTEGRAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DAS POLÍTICAS

SAIBA MAIS

Coordenação, consistência e coerência

Primeiramente, é importante entender como a coordenação, a consistência e a coerência influenciam na integração das políticas públicas.

Como demonstra a Figura abaixo, a coerência ocupa a parte mais alta da pirâmide da integração das políticas públicas, é o melhor resultado a ser obtido no combate à fragmentação, na formulação/ implementação das políticas públicas. A coerência envolve a promoção sistemática de ações que se reforcem mutuamente nos diferentes órgãos do governo, criando sinergias para a realização dos objetivos definidos.



Fonte: OCDE, 2003

Neste sentido, a coerência implica que as políticas devem, idealmente, apoiar umas às outras, e, assim sendo, não devem ser contraditórias. Esse critério de análise pode ser considerado um padrão para a avaliação de sistemas políticos e conjuntos de políticas, uma vez que pode fornecer alternativas para a mudança e o desenvolvimento das políticas, bem como para a adaptação a uma sociedade em mutação.

A consistência nas políticas públicas significa assegurar que as políticas individuais não sejam, internamente, contraditórias, e que sejam evitadas as políticas que se opõem ao alcance de um determinado objetivo. (OCDE, 2003:10-11)

A coordenação nas políticas significa fazer com que os diversos sistemas institucionais e gerenciais que formulam políticas trabalhem juntos. Uma política (incluindo os programas e os projetos) é descoordenada quando seus elementos são de alguma forma incongruentes, ou seja, não interagem suavemente.

Questão importante a considerar quanto à coordenação diz respeito à comunicação, pois a ausência de comunicação adequada dificulta a coordenação e potencializa a fragmentação das políticas.

RESPONDA:

11. Com quantos e quais órgãos/entidades da mesma esfera governamental (União-União, Estado-Estado, Município-Município) o órgão/entidade público respondente se relaciona diretamente para a execução da política pública?

11.1. Com quantos: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () Mais de 5 – cite quantos: _____

11.2. Com quais – Aponte os principais órgãos/entidades, incluindo a relação com conselhos e afins. (integração horizontal):

12. Que conceito o órgão atribui à relação direta que mantém com outros órgãos da sua esfera governamental (União-União, Estado-Estado, Município-Município) na execução da política pública?

() Ótima () Boa () Regular () Péssima () Não sabe

13. Qual(is) é(são) a(s) principal(is) dificuldade(s) na relação direta que mantém com outros órgãos/entidades da sua esfera governamental (União-União, Estado-Estado, Município-Município) na execução da política pública?

() Falta de Coordenação () Falta de Consistência () Falta de Coerência/Baixa Coerência

() Comunicação inadequada () Sem dificuldade () Outra(s) – cite qual(is): _____

14. Com quantos e com quais órgãos das demais esferas governamentais (União-Estado, União-Município, Estado-União, Estado-Município, Município-União, Município-Estado) o órgão/entidade público respondente se relaciona diretamente para a execução da política pública?

14.1. Com quantos: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () Mais de 5 – cite quantos: _____

14.2. Com quais - aponte os principais órgão/entidades, incluindo a relação com conselhos e afins. (integração vertical)

Quais: _____

15. Que conceito o órgão atribui à relação direta que mantém com outros órgãos das demais esferas governamentais (União-Estado, União-Município, Estado-União, Estado-Município, Município-União, Município-Estado) na execução da política pública?

() Ótima () Boa () Regular () Péssima () Não sabe

16. Qual(is) é(são) a(s) principal(is) dificuldade(s) na relação direta que mantém com outros órgãos/entidades das demais esferas governamentais (União-Estado, União-Município, Estado-União, Estado-Município, Município-União, Município-Estado) na execução da política pública?

() Falta de Coordenação () Falta de Consistência () Falta de Coerência/Baixa Coerência
() Comunicação inadequada () Sem dificuldade () Outra(s) – cite qual(is): _____

3ª PARTE: IMPACTOS DA POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO DE FORTALEZA

17. Como a(s) política(s) pública(s) de que trata o órgão/entidade respondente tem impactado no contexto de Fortaleza – indique abaixo a política, o programa/projeto/ação relacionado à política e os resultados auferidos em Fortaleza (se possível em forma de indicadores sociais, econômicos, ambientais, culturais, etc.)

Política	Projeto/Programa/Ação	Resultados auferidos/Impactos positivos (indicadores*)

(*) informar indicadores anteriores e os auferidos depois da execução da política, demonstrando a mudança promovida nos indicadores de resultado.

18. Os resultados obtidos corresponderam aos resultados esperados?

() Integralmente
() Parcialmente
() Não se obteve o resultado esperado

Por que? _____

4ª PARTE: FATORES DE CONVERGÊNCIA E ANÁLISE DE AMBIÊNCIA

SAIBA MAIS

Os fatores de convergência estrutural podem ser compreendidos como categorias que, se trabalhadas de forma conjunta, podem influir positivamente no melhor resultado de integração das políticas públicas: liderança executiva, estratégia, ajustamento mútuo, estrutura, processos e pessoas.

19. Que fatores de convergência estrutural mais impactaram negativamente e/ou positivamente na obtenção dos resultados esperados (da política trabalhada pelo órgão/entidade respondente)?

Liderança executiva / vontade política	<input type="checkbox"/> Ótima / Muito mobilizadora <input type="checkbox"/> Insatisfatória / Pouco mobilizadora
Estratégia (plano / sistema de planejamento)	<input type="checkbox"/> Resultados comprometidos pela ausência de um Plano <input type="checkbox"/> Resultados comprometidos pela ausência de um sistema ou cultura de planejamento <input type="checkbox"/> Existência de plano que contribuiu com a obtenção de resultados <input type="checkbox"/> Existência de plano mas que não contribuiu muito para a obtenção de resultados. <input type="checkbox"/> Não sabe informar
Ajustamento mútuo (nível de integração e cooperação entre órgãos independente de arranjos formais)	<input type="checkbox"/> Resultado comprometido pela ausência de cooperação e participação dos agentes públicos <input type="checkbox"/> Resultado comprometido pela dependência de chamados formais à participação <input type="checkbox"/> Houve boa integração e cooperação dos órgãos envolvidos com a política
Estrutura (desenho organizacional e coordenação)	<input type="checkbox"/> Resultado comprometido pelo desenho organizacional – inadequado à política que o órgão/entidade opera <input type="checkbox"/> Resultado comprometido pelos mecanismos e/ou modelo de coordenação adotado <input type="checkbox"/> Estrutura organizacional favoreceu os resultados obtidos <input type="checkbox"/> Mecanismos e/ou modelo de coordenação favoreceu os resultados obtidos
Organização de processos	<input type="checkbox"/> Processos bem organizados que facilitaram a obtenção de resultados <input type="checkbox"/> Resultados comprometidos devido a falta de organização dos processos envolvidos na(s) política(s) pública(s) em questão

Pessoas (perfil e tamanho da equipe, nível de motivação, clareza de papéis, estrutura funcional etc.)	<input type="checkbox"/> Resultados comprometidos pelo perfil e estrutura(s) de pessoal envolvida(s) <input type="checkbox"/> O perfil e estrutura de pessoal envolvido facilitou a obtenção dos resultados
Principais pontos fortes ou fracos da entidade/órgão respondente que impactaram de forma positiva ou negativa na obtenção de resultados da política que trabalha	Pontos fracos: Pontos fortes:

20. Na perspectiva de conseguir obter melhores resultados para a comunidade ou para a cidade de Fortaleza em geral, através da política pública trabalhada pelo órgão/entidade respondente, que questões podem representar oportunidade ou ameaças (oriundos do ambiente externo à organização - contexto municipal, estadual, nacional ou internacional) para a ampliação destes resultados?

Oportunidades: _____

Ameaças: _____

5ª PARTE: IDENTIFICAÇÃO DE PRIORIDADES

21. Sob a ótica do órgão/entidade respondente, quais os principais problemas da cidade de Fortaleza cujas soluções deverão ser prioritariamente tratadas no âmbito do Plano Fortaleza 2040?

O órgão/entidade respondente deverá listar os 5 principais problemas, priorizando por relevância e/ou impacto – sendo o 1º o mais relevante e/ou impactante e o 5º o menos relevante e/ou impactante.

1º PROBLEMA/QUESTÃO A RESOLVER:
2º PROBLEMA/QUESTÃO A RESOLVER:
3º PROBLEMA/QUESTÃO A RESOLVER:
4º PROBLEMA/QUESTÃO A RESOLVER:
5º PROBLEMA/QUESTÃO A RESOLVER:

PARTICIPANTES



NOME	REPRESENTAÇÃO	CONTATOS



Prefeitura de
Fortaleza